

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ
PSICOLOGIA

ISIS CRISTINA GARCIA DANIEL AYRES
LETÍCIA DE OLIVEIRA SILVA

VIOLÊNCIA: IMPACTOS PSICOLÓGICOS VIVENCIADOS POR MULHERES
VÍTIMAS DE RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

Ribeirão Preto
2023

**ISIS CRISTINA GARCIA DANIEL AYRES
LETÍCIA DE OLIVEIRA SILVA**

**VIOLÊNCIA: IMPACTOS PSICOLÓGICOS VIVENCIADOS POR MULHERES
VÍTIMAS DE RELACIONAMENTOS ABUSIVOS**

Trabalho de conclusão de curso de
Psicologia do Centro Universitário Barão
de Mauá para obtenção do título de
bacharel.

Orientadora: Prof^a Dr^a Martha Ethel
Steytler

Ribeirão Preto

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

V792

Violência: impactos psicológicos vivenciados por mulheres vítimas de relacionamentos abusivos/ Isis Cristina Garcia Daniel Ayres; Letícia de Oliveira Silva - Ribeirão Preto, 2023.

48p.il

Trabalho de conclusão do curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Dra. Martha Ethel Steytler

1. Mulheres 2. Violência 3. Relação abusiva I. Ayres, Isis Cristina Garcia Daniel II. Silva, Letícia de Oliveira III. Steytler, Martha Ethel IV. Título

CDU 159.9

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB⁸ 9878

ISIS CRISTINA GARCIA DANIEL AYRES

LETÍCIA DE OLIVEIRA SILVA

**VIOLÊNCIA: OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS VIVENCIADOS POR MULHERES
VÍTIMAS DE RELACIONAMENTOS ABUSIVOS**

Trabalho de conclusão de curso de
Psicologia do Centro Universitário Barão
de Mauá para obtenção do título de
bacharel.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Martha Ethel Steytler
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Profa. Me. Mayara Colleti
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Profa. Me. Mariana Guedes de Oliveira Franco
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Ribeirão Preto

2023

Dedicamos esse estudo a todas as mulheres, vítimas de uma sociedade patriarcal.

AGRADECIMENTO

Inicialmente, agradecemos a Deus, por nossas vidas e por nos ajudar a superar todos os obstáculos encontrados ao longo da graduação, em que obtivemos o apoio e amparo de pessoas demasiadamente significativas em nossas vidas e, conseqüentemente, em nossas trajetórias acadêmicas.

Agradecemos às nossas famílias, em especial às nossas mães, que estiveram presentes durante todo nosso percurso acadêmico, investindo e confiando em nossas capacidades e determinação.

À instituição de ensino Barão de Mauá, sua coordenação e seus docentes, os quais contribuíram ativamente para o nosso processo de formação profissional, sobretudo à professora doutora Martha Ethel Steytler, a qual executou de maneira esplêndida a função de orientadora.

Às mulheres participantes da pesquisa, as quais se despuseram e confiaram suas histórias a nós, permitindo a realização desse estudo.

E, por fim, agradecemos uma à outra, pela parceria, apoio, empenho e dedicação ao longo destes cinco anos.

“Aqui jaz mais uma ‘flor’, machucada,
esquartejada, dilacerada, despetalada... É
bem me quer ou mau me quer?”

(Sol Cintilante Bruxa)

RESUMO

Apesar dos avanços alcançados pelo movimento feminista, que emancipou as mulheres em diferentes esferas sociais, as relações afetivas delas continuam atravessadas por atos de violência e abuso, sejam em seus aspectos físicos ou psicológicos, tendo como consequência inúmeros impactos existenciais. O presente estudo teve por objetivo identificar os prejuízos de uma relação afetiva abusiva, permitindo a análise dos impactos psicológicos ocasionados por essa vivência. O trabalho foi desenvolvido por meio de estudo exploratório inserido no modelo de pesquisa qualitativa, tendo como modo de coleta de dados entrevistas, realizadas em cadeias de referência, e o método de análise de conteúdo para a análise dos dados. Por meio deste estudo, foi possível abrir espaço para o diálogo e oportunizar discussões acerca da temática, o que possibilitou a investigação e identificação dos impactos advindos de uma relação afetiva abusiva, dentre os quais os de maiores prevalências – como alterações na autopercepção e o desenvolvimento de psicopatologias – foram gerados a partir de abusos de natureza psicológica, conforme mencionado por todas as mulheres participantes.

Palavras-chave: mulheres; violência; relação abusiva; feminismo; impactos psicológicos.

ABSTRACT

Despite the progress made by the feminist movement, which has emancipated women in different social spheres, their emotional relationships continue to be plagued by acts of violence and abuse, whether in their physical or psychological aspects, resulting in countless existential impacts. The aim of this study was to identify the damage caused by an abusive emotional relationship, allowing for an analysis of the psychological impacts caused by this experience. The work was carried out by means of an exploratory study within the qualitative research model, using interviews in reference chains as the data collection method, and the content analysis method for data analysis. Through this study, it was possible to open up dialogue and provide opportunities for discussions on the subject, which made it possible to identify and investigate the impacts of an abusive affective relationship, among which the most prevalent - such as changes in self-perception and the development of psychopathologies - were generated by psychological abuse, as mentioned by all the women taking part.

Keywords: women; violence; abusive relationship; feminism; psychological impacts.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.2 Contextualização histórica	10
2 OBJETIVO GERAL.....	14
2.1 Objetivos Específicos	14
3 MÉTODO.....	15
3.1 Participantes	15
3.2 Instrumentos	16
3.3 Aspectos éticos e procedimento de coleta de dados	17
3.4 A entrevista	17
3.4 Procedimento de análise de dados	20
4 RESULTADOS.....	22
4.1 Dependência emocional.....	22
4.2 Impactos existenciais.....	23
4.3 Violência.....	24
4.3.1 Violência Psicológica.....	24
4.4 Culpabilização da vítima.....	25
5 DISCUSSÃO.	27
6 CONCLUSÃO.	33
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICE A.....	39
ANEXO.....	40

1 INTRODUÇÃO

Permeado pela violência, o relacionamento abusivo ocorre em diferentes tipos de relações afetivas, de maneira natural, cotidiana e institucional, podendo ser contra homens ou mulheres, sendo neste último caso, o que ocorre com maior periodicidade. Segundo o Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS), o conceito de violência refere-se ao:

Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002).

Quando abordamos assuntos referentes à violência, comumente o termo é resumido ao ato de agressões físicas contra outra pessoa, quando na realidade, existem diferentes tipos de violência, sendo: auto infligida; interpessoal; coletiva. Diferenciamos ainda a violência em diferentes naturezas, sendo estas: física, psicológica e atos de negligência. O relacionamento abusivo pode conter a mescla dessas diferentes facetas, como também pode existir a partir de uma única, como por exemplo, a violência psicológica (OMS, 2002).

Neste estudo, trataremos com maior enfoque a natureza psicológica da violência, haja vista que, devido à dificuldade de constatá-la em uma relação afetiva abusiva, esta é vivenciada de maneira silenciosa, partindo de condutas que objetivam diminuir, humilhar, manipular e controlar, causando prejuízos emocionais a vítima, que podem levar a problemas mais agravantes, como baixa autoestima, insegurança, depressão, alcançando até mesmo o suicídio (OLIVEIRA *et al.*, 2016, p.9).

No ano de 2006, homenageando a mulher que vivenciou atentados contra a sua própria vida, por parte de seu marido, foi aprovada a lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), que visa erradicar a violência contra a mulher, retratada a partir de “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006). Em dezembro de 2018, sancionou-se a Lei nº 13.772, alterando a Lei Maria da Penha, reconhecendo e tipificando a violência psicológica no artigo 7 da Lei nº 11.340/06:

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento,

humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2018).

1.2 Contextualização histórica

É sabido que o conjunto de problemas relacionados a violência contra a mulher possui raízes históricas, porém, tal situação é passível de reversão ao serem compreendidos e revistos conceitos que, hodiernamente, não se encaixam numa sociedade que busca a evolução coletiva como maneira de melhorar a qualidade de vida para uma comunidade cada vez mais consciente sobre seu passado e preocupada com o futuro. Para tanto, deve-se primeiro compreender como se dava a relação entre a sociedade e a mulher em séculos passados, e quais consequências foram geradas a partir de tal panorama.

Ao analisarmos a cultura da violência contra mulher a partir da ótica sexista, tomamos nota de como o sexo feminino era visto dentro de sociedades que pautavam suas opiniões em enfoques biológicos e sociais que o consideravam inferior ao sexo masculino e que, conseqüentemente, abriram margem para que todos os tipos de violência cometidos às mulheres fossem aceitos e justificados. Uma das regiões mais antigas do mundo, e que contribuiu para a propagação da ideia que mulheres eram inferiores aos homens, é a Grécia Antiga (PINAFI, 2007, p. 1).

Direcionando nosso olhar para o fato de que, geralmente, as mulheres gregas não possuíam direitos políticos e jurídicos, notamos que elas se encontravam completamente submissas socialmente. As mulheres atenienses casadas passavam a maior parte de seu tempo confinadas em casa, tendo para si o papel de ordenar as funções domésticas, nesse caso estando verdadeiramente domada e clausurada. E, antes de se casarem, as jovens gregas não eram permitidas a se encontrar com rapazes de forma livre, uma vez que vivam confinadas nos cômodos designados às mulheres – o gineceu. Lá permaneciam para ficarem longe das vistas dos demais, separadas até mesmo dos homens da própria família (TÔRRES, 2001, p. 49).

Ao dirigirmos nosso olhar para outra região igualmente notória para a história mundial, tem-se a Roma Antiga. Nessa região, “as mulheres não eram consideradas como cidadãos e, desse modo, não podiam exercer cargos públicos” (FUNARI, 2002, p. 94). Mas, diferentemente das mulheres gregas, as romanas desde o tempo do rapto das Sabinas, conseguiram manter-se isentas de todo trabalho servil

e não eram obrigadas a fazerem serviços domésticos como cozinhar e trabalhos de moagem (ARRUDA, 1941, p. 196).

Refletindo ainda sobre a realidade de Roma, tem-se a cristianização do Império Romano, dada a partir do ano 313 da nossa era. Fenômeno este que se deu a partir da promulgação do Edito de Milão, realizada por Constantino Magno, que então permitiu o culto cristão em todo o Império. Ainda no século IV d.C., no ano 384, Teodósio Magno em consoante ao Edito da Tessalônica, promulga o cristianismo como a religião principal do Império Romano (NETO, 2011, p. 1).

As consequências da adesão ao cristianismo tornam-se graves à vivência da mulher uma vez que a Igreja Católica é uma instituição sobretudo patriarcal, pois pauta-se na ideia de um Deus-pai todo poderoso e um filho-homem que vem à Terra para salvar a humanidade do pecado original, esse último sendo cometido por uma mulher como resultado de uma “incontinência moral” (BUSIN, 2011, p. 116).

O mito de Adão e Eva é a premissa fundamental do catolicismo e encontra-se na bíblia no livro de Gênesis, onde nos traz a ideia de que toda a humanidade foi expulsa do Paraíso após Eva desfrutar do fruto proibido. Tal fruto advinha da Árvore do Conhecimento e, após ser seduzida pela Serpente, Eva cedeu e comeu o fruto, induzindo Adão a experimentar também. Então, a tradição institui em Eva a culpa por ter induzido o homem a pecar, retirando dele a responsabilidade por ter pecado. A partir disso, é estabelecido um discurso doutrinário sobre Eva, enfatizado pelo fato de essa figura feminina ser retratada dentro das narrativas bíblicas como submissa, assim como outras personagens femininas dentro desse âmbito (SILVA, 2016, p. 127).

Ao colocar a mulher como culpada pela Queda original, tem-se a instalação de uma concepção em que o sexo feminino é considerado indisciplinado e impulsivo, propenso a ceder às tentações que surgirem em seu caminho e, além disso, é considerado poderoso o suficiente para seduzir o homem, levando-o à perdição. Sabendo da importância e influência que o cristianismo exerce sob a cultura ocidental, é possível enxergar as consequências advindas da culpabilização da mulher, ao presenciarmos diversas atitudes negativas sendo exercidas sobre essa população, e que ocorrem em detrimento da existência de um estereótipo previamente consolidado na sociedade por meio da religião (BUSIN, 2011, p. 117).

Mais adiante, quando nos debruçamos sobre uma visão filosófica acerca desta temática, vemos que para Aristóteles, o homem deveria deter o poder de administrar a sua casa a partir da submissão dos filhos, dos escravos e da mulher,

uma vez que ele é, respectivamente, pai, senhor e marido. Tal ideia era embasada na alegação de que a construção psicológica (chamada anímica) dos filhos, escravos e da mulher, impõe sobre eles a natureza para serem subordinados (SANTOS, 2018, p. 165).

Tem-se ainda, no século XVIII, a prevalência de uma ótica naturalista para justificar o fato de os homens estarem inseridos em cargos nobres que requeriam atividades nos âmbitos filosóficos, políticos e artísticos. No entanto, as mulheres permaneciam tendo como responsabilidade e dever principal, o cuidado com os filhos, com a casa e tudo que fosse minimamente ligado à subsistência do marido, a partir de atividades associadas a fiação, tecelagem e alimentação. Rousseau (1973) exemplifica essa visão na seguinte passagem:

A rigidez dos deveres relativos a ambos os sexos não pode ser a mesma. Quando a mulher se queixa a esse respeito da injusta desigualdade que o homem institui, ela está errada; tal desigualdade não é uma instituição humana, ou pelo menos não é obra do preconceito, mas da razão (ROUSSEAU, 1973, p. 492-493).

Então, é possível concluir que no decurso da História, a mulher e o feminino foram sempre considerados inferiores aos homens e ao masculino, sofrendo consequências em todos os âmbitos da vida. Todavia, no decorrer da história ocidental sempre existiram mulheres que não concordavam com suas condições e, com isso, rebelavam-se. Quando olhamos para a Inquisição da Igreja Católica, pode-se perceber como esta foi desumana com qualquer mulher que desafiasse as crenças empregadas por seus dogmas (PINTO, 2010, p. 15).

Avançando então para os anos finais do século XIX, deparamo-nos com o desenvolvimento do movimento feminista de primeira onda, contexto em que as mulheres buscavam, dentro do enredo político, por seus direitos como cidadãs, principalmente os direitos ao voto e o de poderem ser votadas, o que atribuiria a elas a oportunidade de expor suas opiniões e estarem incluídas em assuntos políticos, o que até então era um setor destinado exclusivamente a homens (MITTANCK *et al.*, 2021, p. 67). De acordo com Mônica Karawejczyk (2013), tais manifestações coletivas pelo direito ao sufrágio feminino foram as que mais geraram polêmicas naquela época e cenário em questão.

Direcionando nosso olhar para o Brasil, vemos que a primeira onda do feminismo, bem como na Europa, também surgiu aos olhos do público a partir da luta

pelo voto. Nesse contexto, Bertha Lutz, que era bióloga e cientista de importância, a qual estudou fora do país e retornou para as terras brasileiras em 1910, iniciou a luta pelo voto feminino (PINTO, 2010, p. 16).

Apesar de a luta feminista ter sido iniciada por mulheres que reivindicavam seus direitos, o auxílio de muitos homens influentes foi essencial para que o movimento pudesse se tornar mais visível dentro da sociedade, de uma forma mais rápida. No contexto de estudos acerca desse tema, acontece o surgimento do termo “homens pró-feministas”, que foi usado por autores que tinham o entendimento de que, por não sofrerem a opressão por não ser mulheres, os homens não poderiam ser chamados de “feministas”, mas isso não os impediam de serem apoiadores do movimento (AZEVEDO *et al.*, 2018, p. 21).

Atualmente, muitas ideias e discursos errôneos sobre o movimento feminista circulam pela sociedade, o que faz com que as pessoas que os escutam propaguem a ideia errada. Por isso, instigamos uma reflexão a partir da definição de “feminista”, presente no livro “Sejam Todos Feministas” de Chimamanda Ngozi Adichie (2014): “Feminista: uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos”.

Com a finalidade de trazer à luz os possíveis impactos psicológicos advindos de uma relação afetiva permeada por abusos de qualquer natureza, o presente estudo visa, por meio de pesquisa qualitativa, elucidar a problemática vivenciada por mulheres vítimas de violência, sendo o maior enfoque a de natureza psicológica.

A pesquisa justifica-se para abrir o diálogo e oportunizar reflexões acerca da temática, nos âmbitos sociais e acadêmicos, viabilizando a identificação de tais relações uma vez que, na época presente, a ótica patriarcal ainda assola a sociedade com suas concepções acerca da identidade e deveres da figura feminina, além de possibilitar que intervenções sejam elaboradas.

Por esta razão, o presente estudo traz a hipótese que, apesar dos avanços sociais conquistados pelo feminismo, as relações afetivas de mulheres ainda podem ser prejudiciais e traumáticas, gerando feridas psicológicas que, a depender de sua realidade e contexto no qual vive, demoram anos para serem curadas.

2 OBJETIVO GERAL

Investigar impactos existenciais advindos de uma relação afetiva permeada por abusos de qualquer natureza.

2.1 Objetivos Específicos

- Identificar os prejuízos de uma relação afetiva abusiva;
- Analisar os impactos psicológicos ocasionados pela vivência de relações afetivas abusivas.

3 MÉTODO

O presente trabalho, introduzido no modelo de pesquisa qualitativa, discute um estudo exploratório, no qual teve a entrevista como forma de obtenção de dados e, como método, a análise de conteúdo que, como referido por Bardin (1977) “[...] é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem”.

Segundo Franco (2005), a análise de conteúdo caracteriza-se como um processo de pesquisa que se encontra num esquema mais abrangente da teoria da comunicação e detém, como fator inicial, a mensagem.

Com base na mensagem que reponde às perguntas: o que se fala? O que se escreve? Com que intensidade? Com que frequência? Que tipos de símbolos figurativos são utilizados para expressar ideias? E os silêncios? E as entrelinhas?...E assim por diante, a análise de conteúdo permite ao pesquisador fazer inferências sobre qualquer um dos elementos da comunicação (FRANCO, 2005, p. 20).

De acordo com Minayo (2012), a principal ideia da análise qualitativa parte do verbo compreender, que significa adotar a prática de colocar-se no lugar do outro. Desse modo, a subjetividade e vivência de cada participante foram analisadas dentro do seu contexto e dinamismo no mundo atual, em conjunto com seus valores, crenças, necessidades e perspectivas.

3.1 Participantes

O estudo foi realizado com quatro mulheres, maiores de 18 anos, das cidades de Ribeirão Preto e Sertãozinho, ambas localizadas no interior do estado de São Paulo, que consideram ter vivenciado relacionamentos abusivos.

Além das especificações mencionadas acima, foi definido como critério de inclusão a acessibilidade. Portanto, foram incluídas mulheres que consentiram sua contribuição na pesquisa, formalizada por meio de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Abaixo, são apresentadas as principais características de cada participante, em que, visando a não identificação das mulheres vítimas, foram atrelados nomes fictícios para a representação dos dados.

Quadro 1 – Descrição das participantes.

Nome Fictício	Antônia	Bruna	Caroline	Daiane
Estado Civil	Solteira	Solteira	Casada	Casada
Idade	27	23	23	42
Formação Profissional	Ciências Contábeis	Ensino Técnico em Enfermagem	Ciências Biológicas	Serviço Social
Profissão	Analista de Departamento Pessoal	Técnica de Enfermagem	Autônoma	Assistente Social
Filhos	Não	Não	Sim	Não
Tipo de violência vivenciada	Psicológica	Psicológica Moral	Física Psicológica Patrimonial	Física Psicológica Patrimonial Moral Sexual

Fonte: elaboração própria.

3.2 Instrumentos

A coleta de dados teve como instrumento utilizado a entrevista semiestruturada, para manter-se a particularidade de cada mulher em suas respostas e para que não ficassem presas a respostas roteirizadas, pois, como sinaliza Triviños (1987):

[...] queremos privilegiar a entrevista semiestruturada porque esta, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Para esta meta alcançada, “o entrevistador assume um papel menos diretivo para favorecer o diálogo mais aberto com o entrevistado e fazer emergir novos aspectos significativos sobre o tema” (FRASER *et al.*, 2004, p. 146).

3.3 Aspectos éticos e procedimento de coleta de dados

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi remetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Barão de Mauá, para a análise requerida e, após sua aprovação, foi posto em prática pelas pesquisadoras, as quais realizaram contato com as participantes, seguindo os critérios de inclusão e exclusão instituídos e utilizando-se do método Bola de Neve.

O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados (VINUTO, 2014, p. 203).

Este método é aplicado quando existe maior dificuldade de acesso à população a qual se deseja entrevistar. Neste caso, entendemos que mulheres que passaram por relacionamentos abusivos se escondem, o que torna difícil encontrá-las.

A primeira integrante semente é vinculada a uma das pesquisadoras e as demais indicadas consecutivamente, formando cadeias de referência, como manda o método utilizado. Contudo, a mulher indicada para a realização da terceira entrevista, por não se sentir confortável o suficiente para relatar suas vivências, não aceitou participar do estudo, o que tornou necessária a procura de outra semente, ligada à outra pesquisadora – esta indicou, para a execução da quarta entrevista, uma mulher que, também, negou sua contribuição, no entanto, tendo indicado a última mulher participante.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, tendo somente a primeira sido efetuada no local de residência de uma das pesquisadoras, enquanto as demais ocorreram na residência de cada uma das integrantes. Com relação ao tempo de duração, as entrevistas transcorreram entre 1 hora a 1 hora e 40 minutos. Neste momento, foram entregues as vias do TCLE, para assinatura da participante.

No que se referem aos riscos envolvidos na participação da pesquisa, estes envolveram mínimos desconfortos emocionais e psicológicos, considerando que os conteúdos abordados levaram a reflexões sobre a história de vida das participantes, despertando novas percepções e sentimentos. Durante as entrevistas, foram realizadas as medidas de acolhimento necessárias às participantes.

Quanto aos benefícios do estudo, envolveram-se a oportunidade de elaborar aspectos emocionais advindos da relação afetiva abusiva e quais os sentimentos envolvidos neles, durante a execução da entrevista. Expandindo o olhar para os benefícios dentro de um âmbito geral, entende-se que a realização desta pesquisa abrirá espaço para discussões acerca deste contexto de violência dentro de relacionamentos afetivos na comunidade, o que poderá ajudar mulheres e proporcionar acolhimento para aquelas que identificam suas vivências dentro de relações como essas e, a partir disso, serão geradas inclusão e redes de apoio para as mesmas, proporcionando suporte para o enfrentamento de conflitos dessa natureza.

3.4 A entrevista

A coleta de dados ocorreu presencialmente. As participantes assinaram o TCLE manualmente, antes do início das entrevistas, as quais foram gravadas pelo aplicativo de gravação do celular, conforme autorização das participantes e, posteriormente, foram transcritas em sua integralidade. Visando aproximar o leitor ao contexto da pesquisa, apresenta-se, em síntese, um breve descritivo das características principais de cada entrevista realizada:

Antônia

A entrevista com Antônia foi agendada presencialmente, visto que a participante trabalha no mesmo local que uma das pesquisadoras. A entrevista foi realizada dentro do período de uma hora e vinte minutos, na modalidade presencial, na casa de uma das pesquisadoras, atendendo ao pedido da participante, que não se sentiu confortável em realizar em sua própria residência. A participante mostrou-se comunicativa e confortável para conversar a respeito da temática e expor suas vivências. Ao final da entrevista, Antônia expôs sua opinião referente à pesquisa,

dizendo ter se sentido acolhida e que, diante a oportunidade de contribuir, pensa que tudo o que viveu não foi em vão.

Bruna

A entrevista com Bruna foi agendada via WhatsApp e realizada em sua própria residência, no período da noite, na modalidade presencial. Embora tenha rompido recentemente o vínculo com seu agressor, havendo ainda questões a serem elaboradas, a participante mostrou-se receptiva e confortável para conversar a respeito da temática. A entrevista teve duração de aproximadamente uma hora.

Caroline

A entrevista com Caroline foi agendada via WhatsApp, uma vez que a participante já conhecia uma das pesquisadoras. A entrevista foi realizada na casa de Caroline, no período da manhã, na modalidade presencial, com duração de aproximadamente uma hora e quarenta minutos. A participante mostrou-se comunicativa, receptiva e confortável para conversar a respeito de seu dia a dia e sobre o tema da pesquisa.

Daiane

A entrevista com Daiane foi agendada via WhatsApp, após indicação de uma colega de uma das participantes. A entrevista foi realizada na casa de Daiane, no período da tarde até parte da noite, de forma presencial, com duração de aproximadamente duas horas. A participante mostrou-se receptiva, comunicativa e contente em poder contribuir com a pesquisa, ficando à vontade para conversar sobre sua história e sobre o tema da pesquisa.

3.5 Procedimento de análise de dados

Visando compor o *corpus* da pesquisa, as entrevistas foram, diante consentimento, audiogravadas e transcritas em sua integralidade. Após a leitura e a releitura do material coletado, foi realizada a análise de conteúdo temática para extração de informações que permitiram a discussão e compreensão acerca dos impactos psicológicos causados por relacionamentos afetivos abusivos na vivência de mulheres.

Referenciando Bardin (1977), a organização de análise de conteúdo prevê três pontos articulados, nos quais encontra-se a pré-análise, relacionada à exploração do material, seguida da inferência e interpretação por meio do tratamento dos resultados.

Ao entrar em contato com os dados levantados e analisados, foi possível compreender os impactos psicológicos experienciados por mulheres vítimas de relacionamentos afetivos abusivos e gerar discussões nos âmbitos social e acadêmico sobre a temática.

4 RESULTADOS

Mediante o método de análise de conteúdo, foram elaboradas as categorias descritas abaixo, nas quais encontram-se ideias apresentadas no discurso de cada integrante:

- 1) Dependência emocional
- 2) Impactos existenciais
- 3) Violência
- 4) Culpabilização da vítima

4.1 Dependência emocional

Ao longo de seus relacionamentos, as vítimas vivenciaram situações de abusos diversos. No entanto, o cenário de uma vida sem o abusador, não era visto como uma possibilidade, devido à existência de sentimentos como o amor, mas também pela existência, em maior prevalência, do medo associado à renúncia de suas expectativas e sonhos que foram projetados nestes. As mulheres entrevistadas relataram que, apesar de todas as violências sofridas e os impactos advindos por elas, permaneciam em suas relações devido à existência da dependência emocional, que estaria atrelada às condições de se sentirem diminuídas diante o abusador, a necessidade de posse, não reconhecerem suas capacidades individuais e não enxergarem com clareza a gravidade de suas vivências, além das expectativas geradas diante a constituição de um relacionamento.

Uma das participantes na pesquisa relatou ainda sobre a maternidade, como sendo um fator intensificador para a dependência emocional.

“[...] Eu tinha uma coisa emocional, o planejamento de ‘a gente vai casar e a gente vai ter filhos, vamos ser muito felizes’” (Antônia).

“[...] Acredito que a dependência faz você acreditar que você ama, que você precisa daquilo, e aí você acaba ficando, mesmo sabendo que não é legal” (Bruna).

“[...] Na época eu ficava quieta, porque eu tinha muito medo. E eu confiava muito, amava muito” (Caroline).

“[...] Eu estava tão assim que quando ele falava que ia largar de mim, eu ajoelhava, chorava, rastejava, segurava no pé dele e falava ‘pelo amor de Deus, não me larga sozinha’” (Daiane).

4.2 Impactos existenciais

Diante a vivência de seus relacionamentos, foram identificados impactos de diferentes naturezas na vida das vítimas, sendo os de natureza psicológica e comportamental de maior enfoque. Todas as participantes relataram a necessidade de iniciarem acompanhamento psicológico ou psiquiátrico, devido às experiências vivenciadas, tendo cada uma delas apresentado diferentes diagnósticos, sendo: transtorno depressivo; transtorno de ansiedade generalizada; transtorno bipolar; transtorno de estresse pós-traumático. A primeira participante apresentou um breve discurso onde indica possível ideação suicida, já a segunda participante expôs sobre ter tido, de fato, a tentativa.

Um fenômeno apresentado por uma das participantes, como uma das consequências advindas do relacionamento abusivo, foi o de não se deixar afetar pelos sentimentos das pessoas, emitindo comportamentos semelhantes aos de seu abusador para com as pessoas as quais veio a se relacionar posteriormente.

“[...] E aí eu fui ficando doente, que foi quando eu tive a primeira fase da depressão e eu não sabia. [...] Hoje eu sei que, muitas coisas que eu senti, no passado, que eu fui atrás de gastro, que eu fui atrás de outras coisas, eram sintomas emocionais e eu não sabia” (Antônia).

“[...] Eu também fui abusiva, eu falo que a pessoa se torna abusiva” (Antônia).

“[...] Eu acho que, o que mais me pega é isso, o fato de encontrar alguém, de conhecer alguma pessoa nova. [...] Eu travo e começo a chorar, toda vez, e era algo que eu não tinha, eu nunca tive isso. Eu me sinto diminuída, eu sinto que as pessoas vão olhar para mim e que elas não vão me achar bonita e por aí vai” (Bruna).

“[...] Você acaba se tornando tóxica também, mas é por conta do jeito que a pessoa é com você e isso é muito triste, porque, eu era tóxica, mas ele que me fez ser tóxica” (Bruna).

“[...] Uma vez eu tentei me matar por causa disso, porque eu já não aguentava mais o relacionamento.” (Bruna).

“[...] Eu acho que isso dentro de mim foi tão forte, de nunca mais querer passar por isso, que eu acabei me tornando uma pessoa muito, muito agressiva. Por isso que todo mundo fala ‘ah, a Caroline bate em todo

‘mundo’, porque eu me tornei muito agressiva. Por medo de passar o que eu já passei, sabe?” (Caroline).

“[...] É isso, deixei de acreditar no sentimento das pessoas, comecei a ser muito agressiva, muito impaciente e as ansiedades, né? Porque eu sempre tive muitas crises de ansiedade. Muita! Absurda” (Caroline).

“[...] Uma das primeiras (consequências) foi desencadear meu transtorno, transtorno de ansiedade generalizada, transtorno bipolar, é...o estresse pós-traumático” (Daiane).

4.3 Violência

Em todas as entrevistas, as participantes retrataram sobre os diversos tipos de violência que vivenciaram dentro de seus antigos relacionamentos. As violências psicológica, física, patrimonial, sexual e moral estão entre os tipos elencados pelas mesmas. Ao entrar em contato com as memórias sobre as situações vividas, as participantes Caroline e Daiane contaram sobre serem agredidas fisicamente pelos abusadores de forma intensa. Antônio, Caroline e Daiane contaram sobre ter seus pertences quebrados e escondidos. Antônio, Bruna e Daiane disseram que tinham relações sexuais sem vontade para satisfazer os agressores e para não os deixarem com raiva. E todas as participantes relataram sobre ter sua integridade e feminilidade feridas, com xingamentos, acusações e divulgações de informações falsas.

Porém, foi possível perceber que para essas mulheres, apesar de sofrerem intensamente com todos os tipos de violência vividos, a violência psicológica foi a que mais gerou dor existencial e trouxe mais impactos para suas vidas, durante os relacionamentos e posteriormente.

Foi ainda retratado por Antônio e Bruna, o fenômeno de transformação em uma pessoa tóxica, tornando o relacionamento abusivo de maneira bilateral. Nesse caso, as vítimas tornaram-se abusivas e seus abusadores também passaram a sofrer violências.

4.3.1 Violência psicológica

De forma unânime, as participantes da pesquisa relataram que a violência psicológica que vivenciaram durante o período em que estavam em relacionamentos abusivos foi a pior, e lhes trouxe mais impactos em sua saúde mental. Por tal motivo,

as quatro entrevistadas contaram que desenvolveram patologias de cunho psicológico após suas vivências, o que as mesmas consideraram prejudicial para suas vidas, principalmente após os términos dos relacionamentos, notando assim os impactos em suas percepções sobre si mesmas e nos seus comportamentos com outras pessoas.

“[...] Ele não queria deixar, ele me ameaçava, dizendo que ele ia contar pro meu pai que eu não era mais virgem, ele falava “você não quer ir pro meio de macho? Então. Eu vou contar para o seu pai que você não é mais virgem”” (Antônia).

“[...] Ele começou a ir na minha casa depois da escola e adivinha? Tinha que ter relação, gente. Às vezes, eu não queria, mas, todo santo dia, eu tinha relação” (Antônia).

“[...] Eu ouvia “se você não parar de conversar com a fulana, a gente vai largar” (Bruna).

“[...] Ele mexia muito com a minha cabeça, para que eu me sentisse muito mal” (Bruna).

“[...] Ele quebrou o meu celular e ele já chegou a esconder algumas coisas tipo, roupa, já escondeu minha bolsa de roupa quando eu estava indo embora” (Caroline).

“[...] A patrimonial por exemplo: várias vezes ele pegou meu celular, ele pegou a chave do meu carro e escondeu pra eu não sair...” (Daiane).

“[...] Teve a violência física que eu te falei, dos empurrões, puxões de cabelo, tentativa de enforcamento, mordida...” (Daiane).

“[...] A psicológica foi direto, né. Me chamava de velha, feia, fedida...” (Daiane).

“[...] A moral, quando eu separei dele, ele falou que eu traí ele pra cidade inteira” (Daiane).

4.4 Culpabilização da vítima

Um fenômeno observado nas vivências retratadas por todas as entrevistadas é a culpabilização da vítima, uma vez que o agressor direciona culpa à vítima pela violência que a mesma vem sofrendo, isentando-se da responsabilidade de tais atitudes e das consequências posteriores, responsabilizando as vítimas, fazendo-as pensar que eram merecedoras das diversas agressões sofridas.

“[...] Ele virou pra mim e falou assim ‘você tá vendo o que você fez? Agora você vai me pintar de monstro? E eu: ‘mas, você que me arremessou na cama’ e ele: ‘você é uma falsa, você tinha que ficar deitada?’” (Antônia).

“[...] Sempre vinha uma briga, em que eu sempre saía como a errada, porque era eu que estava brigando por aquilo, então era como se eu não tivesse que brigar por aquilo” (Bruna).

“[...] Pra mim acaba refletindo muito na pessoa falar pra mim o que ela quiser falar, e depois ir lá, passar a mãozinha e falar “não, não é assim, eu te amo. Você é tudo isso, mas eu te amo”, sabe? E me confortar porque ela sabe que enquanto fizer isso, eu vou estar ali. Vou estar sempre presente e sempre aceitar tudo” (Caroline).

“[...] E eu tive que escutar de familiares “você tinha que ter aguentado, você não foi uma mulher de Deus, você não foi uma mulher sábia, você tinha que ter aguentado, tinha que ter orado. Ajoelha e ora”” (Daiane).

5 DISCUSSÃO

Um relacionamento afetivo é perpassado por significados diversos e, muitas das vezes, está diretamente atrelado à realização pessoal, como por exemplo, o desejo de constituir uma família – fator apresentado no decorrer das entrevistas realizadas.

Conforme descrito por Moreira *et al.* (2011), diante um contexto afetivo abusivo, é possível, mesmo que as vítimas se encontrem em estado psicológico deplorável, que estas ainda esperem mudanças vindas por parte de seus abusadores, para que consigam realizar as expectativas projetadas em suas relações. Logo, entende-se que o processo para desvincular-se de seus agressores é lento e doloroso, a considerarem-se também os fatores sentimentais envolvidos, visto que, por vezes, estes são os homens por quem elas ainda nutrem sentimentos como o amor.

“[...] Você pode estar triste, acontecer algo que te magoou, mas você é capaz de passar a borracha, perdoar e guardar o sentimento de tristeza, pra ter a pessoa do teu lado, sabe?” (Antônia).

Um ponto convergente entre as quatro entrevistas realizadas, referente aos impactos existenciais advindos de tais relações, corrobora com o exposto por Leão *et al.* (2017), em um dos volumes da revista eletrônica “Materializando Conhecimentos”, onde os autores relatam sobre os problemas de um relacionamento abusivo possíveis de ocorrerem, posteriores ao término:

Estas relações costumam causar baixa autoestima na vítima, visto que esta é constantemente incriminada por todos os acontecimentos ao seu redor, fazendo-a não se sentir boa o suficiente e/ou capaz de conquistar sua independência. Por conseguinte, são muitas as mulheres que desenvolvem problemas de autoconfiança e autodeterminação, causando até mesmo, em casos mais graves, a depressão (LEÃO *et al.*, 2017, p. 10).

Aqui, cabe ressaltar a tentativa de controle do homem abusivo para com a mulher abusada, por meio da depreciação de sua autoimagem. Desta forma, ele atrela à vítima adjetivos de natureza negativa, de modo a modificar sua autopercepção, fazendo com que esta não tenha clareza de suas potencialidades e, assim, se

mantenha cada vez mais vulnerável às influências do homem abusivo (MARQUES, 2005).

Impactos como baixa autoestima, insegurança, sensação de incapacidade para viver de maneira independente, como também outros mais agravantes, como o desenvolvimento de transtornos ansiosos e depressivos, chegando até mesmo a ideações e tentativas de suicídio, estiveram presentes nos relatos das mulheres participantes nesta pesquisa. Tais resultados condizem com a ideia de Ballone *et al.* (2003 *apud* GOMES *et al.*, 2018, p. 56), em que além de destruir vidas, as relações permeadas por violências contra mulheres acarreta em consequências que podem permanecer por toda a vida da vítima, enfatizando a depressão e comportamentos suicidas.

Vale citar ainda os autores Adeodato *et al.* (2005), os quais apresentam que sentimentos associados ao desamparo e irritação, além de ansiedade e distúrbios sociais, são identificados em mulheres vítimas de violência. Essa ideia é confirmada diante diferentes relatos de cada uma das participantes, no entanto, cabe destacar o seguinte:

“[...] Eu acho que isso dentro de mim foi tão forte, de nunca mais querer passar por isso, que eu acabei me tornando uma pessoa muito, muito agressiva. Por isso que todo mundo fala ‘ah, a Caroline bate em todo mundo’, porque eu me tornei muito agressiva. Por medo de passar o que eu já passei, sabe? [...] É isso, deixei de acreditar no sentimento das pessoas, comecei a ser muito agressiva, muito impaciente e as ansiedades, né? Porque eu sempre tive muitas crises de ansiedade. Muita! Absurda” (Caroline).

No que se refere aos impactos advindos dos relacionamentos abusivos, é válido destacar a estratégia de manter a mulher em estado de ansiedade, relacionada diretamente ao controle psicológico que o abusador estabelece sobre a vítima. Assim dizendo, o homem abusivo apresenta condutas ambíguas, utilizando a incerteza como meio de desestruturar a mulher psicologicamente. Além disso, outra maneira de gerar a ansiedade é fazendo o uso de ameaças, que podem ser direcionadas aos pais da mulher, aos filhos ou a qualquer outra figura de valor a ela (MARQUES, 2005).

“[...] Você fica naquela coisa de ‘o que está acontecendo?’, ‘por que está acontecendo?’, ‘porque que a pessoa não responde?’, ‘porque ela não

manda uma mensagem?', 'o que eu tenho que fazer?', e aquilo vai te gerando uma ansiedade de certa forma" (Bruna).

"[...] Ele me ameaçava, dizendo que ia contar para o meu pai que eu não era mais virgem, ele falava 'você não quer ir pro meio de macho? Então, eu vou contar para o seu pai que você não é mais virgem'" (Antônia).

Tendo em mente as informações trazidas pelas participantes da pesquisa, percebe-se que todas sofreram tipos distintos de abuso, em diferentes intensidades e momentos de suas vidas. Sabendo disso, deve-se compreender que a violência de gênero se associa a relações de poder, sendo este direcionado conforme as características que são atribuídas, culturalmente, a cada um dos sexos e suas especificidades (NJAINÉ *et al.*, 2014). Sendo assim, é uma manifestação que alcança diferentes mulheres, não relacionando-se à idade, classe social, orientação sexual, grupo étnico-racial, graus de escolaridade e religião (CÔRTEZ, 2012).

De acordo com Saffioti (1995), mesmo que a suspeita contra desconhecidos seja sempre presente na socialização feminina, comumente os agressores são parentes ou pessoas conhecidas que se aproveitam da confiança desfrutada junto às vítimas. E, por tal razão, a violência doméstica não é evidenciada como um problema estrutural ou como um desrespeito aos direitos humanos, como ocorre com violências praticadas por estranhos (CÔRTEZ, 2012).

A violência se manifesta na dimensão de desigualdade e é uma ameaça permanente à vida por sua alusão à morte e ainda por se caracterizar pela passividade e silêncio da vítima. A violência familiar atualmente é considerada um problema de saúde pública dos mais sérios e que precisa de mudança de comportamento na maneira de pensar e conduzir as relações entre as pessoas (MONTEIRO *et al.*, 2007, p. 27).

Comumente, verifica-se a ocorrência de duas ou mais formas de abusos, dentro de um mesmo relacionamento. No entanto, sugere-se que abordar o abuso psicológico de maneira distinta ao abuso físico configura-se como um debate superficial a respeito da temática, haja vista que a natureza física de abuso também acarreta prejuízos emocionais e psicológicos às vítimas (TOLMAN, 1992 *apud* MARQUES, 2005, p. 85).

Para Loring (1994 *apud* MONTEIRO, 2005, p. 86), o abuso emocional é descrito como sendo: "um processo contínuo no qual um indivíduo deprecia sistematicamente e destrói o círculo de outra pessoa. As ideias essenciais,

sentimentos, percepções e características da personalidade da vítima são constantemente depreciados”.

As participantes Antônio, Bruna, Caroline e Daiane relataram de maneira unânime que, dentre todas as violências experienciadas, a psicológica é a que acarreta mais sofrimento e consequências para a saúde mental, sendo essa também responsável pelos impactos existenciais observados em suas vivências. Nestes casos, o companheiro utiliza essa ramificação da violência para denegrir a imagem da mulher, produzindo sentimentos de menos valia, além de fazer com ela se sinta desprezada (FONSECA *et al.*, 2012).

“Ele me falava coisas horríveis, ele falava que eu não prestava, ficava tocando em assuntos que, para mim, eram assuntos que me doíam, que machucavam, e eu chorava todas as vezes que ouvia ele” (Bruna).

Segundo Monteiro *et al.* (2007), as consequências das ofensas e humilhações na vida da mulher são caracterizadas pela diminuição da autoestima, corroborando com o isolamento social, e pelo surgimento de culpa, direcionada a si própria. Nesse âmbito, ressalta-se que, para algumas mulheres – como as participantes – os insultos e a opressão fundamentam-se em uma agressão emocional tão acentuada, chegando a mesma intensidade das agressões físicas (SILVA *et al.*, 2007).

Violência psicológica ou emocional é a mais silenciosa, deixando marcas profundas, por não ter um caráter momentâneo e ter efeito cumulativo, sendo caracterizada por qualquer conduta que resulte em dano emocional como a diminuição da autoestima, coação, humilhações, imposições, jogos de poder, desvalorização, xingamentos, gritos, desprezo, desrespeito, enfim, todas as ações que caracterizem transgressão dos valores morais (FONSECA *et al.*, 2012, p. 308).

Nesse contexto, observa-se também o desencadeamento de psicopatologias advindas da alta constância da violência psicológica, interferindo diretamente em sua qualidade de vida e, até mesmo, em seus comportamentos.

“[...] Ali, a gente construiu algo tóxico juntos, então, a mesma proporção que eu era, ele também era para mim” (Bruna).

“[...] Uma das primeiras foi desencadear meu transtorno, transtorno de ansiedade generalizada, transtorno bipolar, é...O estresse pós traumático” (Daiane).

Dentre as técnicas de abuso psicológico, tem-se também o isolamento da mulher, objetivando danificar ou destruir sua rede de apoio de modo que ela fique amplamente dependente de seu parceiro abusivo para suprir suas necessidades de convívio social, além de suas carências emocionais, aumentando, por consequência, o domínio do agressor sobre a vítima, além de protegê-lo, visto que, se a mulher não possui convivência com outras pessoas, menor é a probabilidade de o homem se sujeitar às consequências legais ou sociais (MARQUES, 2005).

“[...] Você não pode sair, você não pode ter amigos. Teve época do meu relacionamento em que eu ouvia ‘se você não parar de conversar com a fulana, a gente vai largar’, ‘se você não parar de sair com a cicrana, eu não vou ficar com você’. Então, chega em um ponto que você não pode mais ter amigos” (Bruna).

Ao compartilharem as experiências vividas durante seus antigos relacionamentos, as mulheres entrevistadas relataram que, por diversas vezes, seus agressores eram compreendidos e/ou consideravam-se vítimas, tendo assim seus papéis invertidos após um momento de agressão. Sabendo disso, é possível observar que a vítima de uma violência concretizada por (ex)companheiro, (ex)marido ou (ex)namorado passa a ocupar o lócus de culpada pela violência sofrida (RODRIGUES *et al.*, 2021) e, surge então, o processo de culpabilização da vítima.

Conforme postulado por Moreira *et al.* (2011), na maioria dos casos de violência consumados por parceiros íntimos, há o fenômeno de transposição da culpa. Nesse âmbito, entramos em contato com a ideia de que, socialmente, há a tendência de questionar e culpabilizar quem sofre o abuso por não encerrar o ciclo de violência, entretanto, identificar o relacionamento como sendo abusivo é difícil e, quando acontece, há outros aspectos associados (BARRETTO, 2018).

“[...] Ele virou pra mim e falou assim: ‘você tá vendo que você fez? Agora você vai me pintar de monstro?’ e eu: ‘mas, você que me arremessou na cama’ e ele: ‘você é uma falsa, você tinha que ficar deitada?’” (Antônia).

“[...] E questão de ele bater, de ele xingar era assim ‘ah, desculpa, você é o amor da minha vida, você sabe que é pelo seu bem’, ‘você sabe que eu

te amo’, ‘eu nunca mais vou fazer isso com você, eu não quero fazer isso com você’, ‘por que você fica me deixando assim, estressado?’” (Caroline).

Ao analisarmos a forma como as narrativas de culpabilização das vítimas são construídas, percebemos que partem tanto dos acusados dos feminicídios, quanto de populares que entram em contato com o acontecimento por meio da mídia e/ou internet e, também, por agentes públicos que teriam como dever auxiliar a esclarecer os casos de modo imparcial (RODRIGUES *et al.*, 2021).

Apesar de prestarem atendimento às mulheres numa perspectiva acolhedora e pautada nos princípios, como determina a Lei Maria da Penha e a Norma de Padronização das DEAMs, ainda é notório a utilização de estereótipos que inferiorizam e culpabilizam as mulheres ao considerar seus atos provocadores como motivo para a perpetuação da violência, legitimando as desigualdades de gênero de modo a defender o domínio patriarcal no qual a sociedade está culturalmente inserida (JESUS *et al.*, 2017, p. 204).

Ainda de acordo com Rodrigues *et al.* (2021), quando estudamos a elaboração dessas narrativas de culpabilização, podemos perceber que não há uma narrativa imparcial e neutra, despida de uma carga de machismo, sexismo e sem resquícios de um sistema patriarcal. E, em conjunto à essas ideias, quando observamos a forma como as mulheres agredidas são recebidas quando prestam queixa nas delegacias da mulher, vemos que é grave o fato de, quem presta atendimento a essas mulheres, classificar 60% ou 70% dos casos como de menor importância, pois dessa forma a denúncia da vítima é desqualificada (JESUS *et al.*, 2017).

“[...] Vocês sabem o que eu tive que escutar de uma delegada, mulher? ‘Olha, você para de fazer tanto B.O, eu já estou de saco cheio de você’” (Daiane).

6 CONCLUSÃO

Diante a elaboração da presente pesquisa, observaram-se os principais impactos ocasionados pela vivência de relacionamentos abusivos permeados pelos diferentes tipos de violências, em especial, a violência psicológica, que se mostrou a mais recorrente, no entanto, a de maior dificuldade de percepção e elaboração da vítima que, comumente, não se desvincula de seu agressor devido à dependência emocional envolvida, uma das categorias analisadas durante a pesquisa.

Perante os relatos das mulheres participantes, verificou-se o aparecimento de transtornos que as mesmas tratam como advindos de seus relacionamentos, dentre eles estão: transtorno depressivo maior; transtorno de ansiedade generalizada; transtorno de estresse pós-traumático.

Além das consequências mencionadas, foram constatados como impactos existenciais de tais relações, em maior proporção, a baixa autoestima, a insegurança e a desconfiança, prejuízos estes que levaram à dificuldade em se relacionarem novamente.

Durante a confecção do estudo, a dificuldade de acesso à população de mulheres vítimas de violência configurou-se como uma lacuna dentro da pesquisa. Neste âmbito, é possível entender como, ainda hoje, as mulheres sentem a necessidade de se esconderem por temerem julgamentos dentro de uma sociedade que ainda culpabiliza a vítima pelas agressões e sofrimentos vivenciados.

Todavia, as entrevistas realizadas com as vítimas promoveram espaços de acolhimento e escuta para as mesmas, favorecendo as trocas de experiências e fazendo com que as recordações causassem menos impactos psicológicos momentâneos.

Constatou-se que, as consequências advindas após as vivências traumáticas, agem com uma ação castradora sobre as vítimas, fazendo com que elas não consigam experienciar novas relações e sensações, por medo e insegurança. A falta de novas experiências pode prejudicar o desenvolvimento de memórias saudáveis e que promovam o bem-estar, influenciando a forma como as vítimas veem e compreendem o mundo.

O presente estudo possibilitou, portanto, concluir que, mesmo após os avanços sociais alcançados com as ideias feministas, hodiernamente as mulheres ainda sofrem com os resquícios do patriarcado e, por essa razão, faz-se necessária a

elaboração de estudos acerca da temática, viabilizando o acolhimento de um maior número de mulheres vítimas de relacionamentos permeados por abusos e violências, além de uma efetiva conscientização em uma cultura ainda machista.

REFERÊNCIAS

- ADEODATO, V. G. *et al.* Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista Saúde Pública**, Fortaleza, v. 39, n. 1, p. 108-113, jan. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000100014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/kbLB4v3hdrn3fCvDfrKv3Hx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2023.
- ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ARRUDA, J. Posição social da mulher na antiga Roma. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [s.l.], v. 36, n. 1-2, p. 195-205, 1941. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/65973>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- AZEVEDO, M. *et al.* Homens e o Movimento Feminista no Brasil: rastros em fragmentos de memória. **Cadernos Pagu**, Recife, n. 54, p. 185-414, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201800540014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/xdt6YwKxhCtkpskQHwBY3Qv/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 08 abr. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurencebardin.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2023.
- BARRETTO, R. S. Relacionamentos abusivos: uma discussão dos entraves ao ponto final. **Gênero**, Niterói, v. 18, n. 2, p. 142-154, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v18i2.1148>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31312>. Acesso em: 12 out. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 25 mar. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13772.htm. Acesso em: 25 mar. 2023.
- BUSIN, V. M. Religião, sexualidades e gênero. **Rever**, São Paulo, v.11, n. 1, p. 105-124, jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/6032>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- CÔRTEZ, G. R. Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 149-168, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4932>. Acesso em: 15 out. 2023.

FONSECA, D. H. *et al.* Violência doméstica contra a mulher: realidade e representações sociais. **Psicologia e Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/bJqkynFqC6F8NTVz7BHNt9s/#>. Acesso em: 14 out. 2023.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

FRASER, M. T. D. *et al.* Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p.139-152, maio 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/?lang=pt#>. Acesso em: 01 maio 2023.

FUNARI, P. P. A. **Grécia e Roma**. ed. 1, São Paulo: Contexto, 2002.

GOMES, I. R. R. *et al.* A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da teoria da ação planejada. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 38, n. 94, p. 55-66, mar. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2023.

JESUS, L. R. *et al.* Culpabilização da mulher: a perspectiva de policiais de uma delegacia especializada no atendimento à mulher. **Revista Ártemis**, [s.l.], v. 23, n. 1, p. 196-210, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2017v23n1.35799>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/35799>. Acesso em: 15 out. 2023.

KARAWEJCZYK, M. As sufragettes e a luta pelo voto feminino. **História, Imagem e Narrativas**, [s.l.], n. 17, p. 1-24, out. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/6482788/Hist%C3%B3ria_imagem_e_narrativas_N_o_17_outubro_2013_ISSN_1808_9895_As_sufragettes_e_a_luta_pelo_voto_feminino. Acesso em: 08 abr. 2023.

LEÃO, B. M. *et al.* Relacionamento abusivo: o patriarcado e suas influências na atualidade. **Materializando conhecimentos**, Porto Alegre, v. 8, p. 1-19, set. 2017. Disponível em: https://www.redeicm.org.br/revista/wp-content/uploads/sites/36/2019/06/a4_relacionamento-abusivo.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

MARQUES, T. M. **Violência conjugal**: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos. 2005. 300 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/26950>. Acesso em: 21 out. 2023.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/#>. Acesso em: 01 maio 2023.

MITTANCK, V. A. *et al.* Movimentos feministas e a historicidade da mulher: sua busca por visibilidade e direitos. *In*: GEVEHR, Daniel L. **Memória, identidade e patrimônio cultural**: uma contribuição dos estudos regionais. Guarujá: Científica Digital, 2021. cap. 4. p. 61-84.

MONTEIRO, C. F. S. *et al.* Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 26-31, mar. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072007000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/3f9LYtJbg9XJWLZZ3QXmgtg/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 15 out. 2023.

MOREIRA, V. *et al.* O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Psicologia e Sociedade**, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 398-406, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000200021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4xyhTgzY4CpZ8W5xmV78JJS/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2023.

NETO, J. G. A cristalização do império romano e o direito. **Thesis**, São Paulo, ano 7, n. 16, p. 1-12, 2011. Disponível em: http://www.cantareira.br/thesis2/ed_16/1_guida.pdf. Acesso em: 01 abr. 2023.

NJAINE, K. *et al.* **Violência e perspectiva relacional de gênero**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

OLIVEIRA, F. M. A. *et al.* Romantização do relacionamento abusivo, uma violência silenciosa: a ineficácia da lei Maria da Penha. *In*: IX ENCONTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FACULDADE LUCIANO FEIJÃO, 9., 2016, Sobral. **Anais do IX Encontro de Pesquisa e Extensão da Faculdade Luciano Feijão**. Sobral: Faculdade Luciano Feijão, 2016. p. 1-14. Disponível em: https://flucianofejao.com.br/flf/?page_id=8725. Acesso em: 25 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

PINAFI, T. Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. **Revista Histórica Online**, São Paulo, ed. 21, p. 1-10, maio 2007. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r>. Acesso em: 08 abr. 2023.

RODRIGUES, F. M. F. *et al.* De vítima à culpada: as narrativas de culpabilização das mulheres vítimas de feminicídio íntimo como forma de manutenção do poder do homem. *In: COLÓQUIO MULHER E SOCIEDADE*, 7, 2021, Ponta Grossa. **Anais do 7º colóquio mulher e sociedade**. Ponta Grossa: UEPG, 2021. p. 1-10. Disponível em: http://177.101.17.52/jornalismo/ocs/index.php/7coloquiomulheresociedade/7coloquio_mulheresociedade/paper/viewFile/310/87. Acesso em: 15 out. 2023.

ROUSSEAU, J. **Emílio ou Da educação**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

SAFFIOTI, H. I. B. *et al.* **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, M. Nota sobre a natureza da mulher na comunidade familiar e política. **Ethic@**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 159 – 177, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/1677-2954.2018v17n2p159>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2018v17n2p159>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SILVA, F. M. S. A face de Eva (ou o feminino primordial) em um conto de Eça de Queirós. **Todas as musas**, [s.l.], ano 08, n. 01, p. 126-135, 2016. Disponível em: https://www.todasasmusas.com.br/08_01.html. Acesso em: 25 mar. 2023.

SILVA, L. L. *et al.* Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93-103, abr. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/9SG5zGMVt4VFDZtzbX97MkP/?lang=pt#>. Acesso em: 15 out. 2023.

TÔRRES, M. R. Considerações sobre a condição da mulher na Grécia clássica nos séculos V e IV a.C. **Mirabilia**, Barcelona, v. 5, n. 1, p. 48-55, jun. 2001. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2226874.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 01 maio 2023.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada



Roteiro de entrevista

- 1- O que é um relacionamento abusivo para você?
- 2- Alguém próximo à você já viveu um relacionamento abusivo? Se sim, como era sua visão observando de longe?
- 3- Durante o seu relacionamento, em algum momento você se deu conta de que tinha se tornado abusivo? Ou percebeu apenas após o término?
- 4- Ao dar-se conta do que viveu, como você se sentiu? Quais foram os sentimentos relacionados à situação?
- 5- Quais consequências e sequelas você reconhece que viveu após o término do relacionamento?
- 6- Quais características lhe fizeram reconhecer que estava em uma relação abusiva?
- 7- Você reconhece ter vivenciado quais tipos de violência, durante o seu relacionamento?
- 8- Como se deu o término do relacionamento?
- 9- Após vivenciar um relacionamento abusivo, você se relacionou novamente com outra pessoa? Se sim, houve dificuldade devido à vivência anterior?
- 10- Você passou por psicoterapia durante seu relacionamento ou após o término?

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP

CENTRO UNIVERSITÁRIO
BARÃO DE MAUÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIA: OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS VIVENCIADOS POR MULHERES VÍTIMAS DE RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

Pesquisador: Martha Ethel Steytler

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69646323.4.0000.5378

Instituição Proponente: ORGANIZACAO EDUCACIONAL BARAO DE MAUA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.105.073

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2139139.pdf, de 14/05/2023).

INTRODUÇÃO

Permeado pela violência, o relacionamento abusivo ocorre em diferentes tipos de relações afetivas, de maneira natural, cotidiana e institucional, podendo ser contra homens ou mulheres, sendo neste último caso, o que ocorre com maior periodicidade. Segundo o Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS), o conceito de violência refere-se ao: uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002). Quando abordamos assuntos referentes à violência, comumente o termo é resumido ao ato de agressões físicas contra outra pessoa, quando na realidade, existem diferentes tipos de violência, sendo: auto infligida; interpessoal; coletiva. Diferenciamos ainda a violência em diferentes naturezas, sendo estas: física, psicológica e atos de negligência. O relacionamento abusivo pode conter a mescla dessas diferentes facetas, como também pode existir a partir de uma única, como por exemplo, a violência psicológica (Organização Mundial da Saúde, 2002).

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO

Bairro: JARDIM PAULISTA

CEP: 14.090-180

UF: SP

Município: RIBEIRAO PRETO

Telefone: (16)3603-6600

Fax: (16)3618-6102

E-mail: cepbm@baraodemaua.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ



Continuação do Parecer: 6.105.073

Neste estudo, trataremos com maior enfoque a natureza psicológica da violência, haja vista que, devido à dificuldade de constatá-la em uma relação afetiva abusiva, esta é vivenciada de maneira silenciosa, partindo de condutas que objetivam diminuir, humilhar, manipular e controlar, causando prejuízos emocionais a vítima, que podem levar a problemas mais agravantes, como baixa autoestima, insegurança, depressão, alcançando até mesmo o suicídio (DE OLIVEIRA et al. 2016, p.9). No ano de 2006, a lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha) foi sancionada em homenagem à mulher que vivenciou tentativas de homicídio por seu marido, fazendo com que se dedicasse a causas contra a violência à mulher. Tal lei visa erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher, em que se configura a partir de "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial" (BRASIL, 2006). Em dezembro de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.772, alterando a Lei Maria da Penha e reconhecendo como configuração de violência doméstica e familiar a violação da intimidade da mulher, tipificando a violência psicológica no artigo 7 da Lei nº 11.340/06: II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2018).

1.2 Contextualização histórica : É sabido que o conjunto de problemas relacionados a violência contra a mulher possui raízes históricas, porém, tal situação é passível de reversão ao serem compreendidos e revistos conceitos que, hodiernamente, não se encaixam numa sociedade que busca a evolução coletiva como uma maneira para a obtenção de uma melhor qualidade de vida para uma comunidade cada vez mais consciente sobre seu passado e preocupada com o futuro. Para tanto, deve-se primeiro compreender como se dava a relação entre a sociedade e a mulher em séculos passados, e quais consequências foram geradas a partir de tal panorama. Ao analisarmos a cultura da violência contra mulher a partir da ótica sexista, tomamos nota de como o sexo feminino era visto dentro de sociedades que pautavam suas opiniões em enfoques biológicos e sociais que o consideravam inferior ao sexo masculino e que, consequentemente, abriram margem para que todos os tipos de violência cometidos às mulheres fossem aceitos e justificados. Uma das regiões mais antigas do mundo, e que contribuiu para a propagação da ideia que mulheres eram inferiores aos homens, é a Grécia Antiga (PINAFI, 2007, p. 1). Direcionando nosso olhar para o fato de que, geralmente, as

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO

Bairro: JARDIM PAULISTA

CEP: 14.090-180

UF: SP

Município: RIBEIRÃO PRETO

Telefone: (16)3603-6600

Fax: (16)3618-6102

E-mail: cepbm@baraodemaua.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ



Continuação do Parecer: 6.105.073

mulheres gregas não possuíam direitos políticos e jurídicos, notamos que elas se encontravam completamente submetidas socialmente. As mulheres atenienses casadas passavam a maior parte de seu tempo confinadas em casa, tendo para si o papel de organizadora das funções domésticas, nesse caso estando verdadeiramente submissa a um regime de quase reclusão. E, antes de se casarem, as jovens gregas não eram permitidas a se encontrar com rapazes de forma livre, uma vez que vivam confinadas nos cômodos destinados às mulheres – o gineceu. Lá permaneciam para ficarem longe das vistas dos demais, separadas até mesmo dos homens da própria família (TÔRRES, 2001, p. 49). Ao dirigirmos nosso olhar para outra região igualmente notória para a história mundial, tem-se a Roma Antiga. Nessa região, “as mulheres não eram consideradas como cidadãos e, desse modo, não podiam exercer cargos públicos” (FUNARI, 2002, p. 94). Mas, diferentemente das mulheres gregas, as romanas desde o tempo do rapto das Sabinas, conseguiram manter-se isentas de todo trabalho servil e não eram obrigadas a fazerem serviços domésticos como cozinhar e trabalhos de moagem (ARRUDA, 1941. P. 196). Refletindo ainda sobre a realidade de Roma, tem-se a cristianização do Império Romano, dada a partir do ano 313 da nossa era. Fenômeno este que se deu a partir da promulgação do Edito de Milão, realizada por Constantino Magno, que então permitiu o culto cristão em todo o Império. Ainda no século IV d.C., no ano 384, Teodósio Magno em consoante ao Edito da Tessalônica, torna o cristianismo a religião oficial do Império Romano (NETO, 2011, p. 1). As consequências da adesão ao cristianismo tornam-se graves à vivência da mulher uma vez que a Igreja Católica é uma instituição sobretudo patriarcal, pois pauta-se na ideia de um Deus-pai todo poderoso e um filho-homem que vem à Terra para salvar a humanidade do pecado original, esse último sendo cometido por uma mulher como resultado de uma “incontinência moral” (BUSIN, 2011, p. 116). O mito de Adão e Eva é a premissa fundamental do catolicismo e encontra-se na bíblia no livro de Gênesis, onde nos traz a ideia de que toda a humanidade foi expulsa do Paraíso após Eva desfrutar do fruto proibido. Tal fruto advinha da Árvore do Conhecimento e, após ser seduzida pela Serpente, Eva cedeu e comeu o fruto, induzindo Adão a experimentar também. Então, a tradição institui em Eva a culpa por ter induzido o homem a pecar, retirando dele a responsabilidade por ter pecado. A partir disso, é estabelecido um discurso doutrinário sobre Eva, enfatizado pelo fato de essa figura feminina ser retratada dentro das narrativas bíblicas como submissa, assim como outras personagens femininas dentro desse âmbito (SILVA, 2016, p. 127). Ao colocar a mulher como culpada pela Queda original, tem-se a instalação de uma concepção em que o sexo feminino é considerado indisciplinado e impulsivo,

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO

Bairro: JARDIM PAULISTA

CEP: 14.090-180

UF: SP

Município: RIBEIRÃO PRETO

Telefone: (16)3603-6600

Fax: (16)3618-6102

E-mail: cepbm@baraodemaua.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ



Continuação do Parecer: 6.105.073

propenso a ceder às tentações que surgirem em seu caminho e, além disso, é considerado poderoso o suficiente para seduzir o homem, levando-o à perdição. Sabendo da importância e influência que o cristianismo exerce sob a cultura ocidental, é possível enxergar as consequências advindas da culpabilização da mulher, ao presenciarmos diversas atitudes negativas sendo exercidas sobre essa população, e que ocorrem em detrimento da existência de um estereótipo previamente consolidado na sociedade por meio da religião (BUSIN, 2011, p. 117). Mais adiante, quando nos debruçamos sobre uma visão filosófica acerca desta temática, vemos que para Aristóteles, o homem deveria possuir o poder de administrar a sua casa a partir da dominação sobre a mulher, os escravos e os filhos, uma vez que ele é, nessa ordem, marido, senhor e pai. A justificativa aristotélica do porquê isso deve ser assim, tem embasamento na alegação de que a construção psicológica (chamada anímica) da mulher, dos escravos e filhos, impõe sobre eles a natureza para serem subordinados (SANTOS, 2018, p. 165). Tem-se ainda, no século XVIII, a prevalência de uma ótica naturalista para justificar o fato de os homens estarem inseridos em cargos nobres que requeriam atividades nos âmbitos filosóficos, políticos e artísticos. No entanto, as mulheres permaneciam tendo como responsabilidade e dever principal, o cuidado com os filhos, com a casa e tudo que fosse minimamente ligado à subsistência do marido, a partir de atividades associadas a fiação, tecelagem e alimentação. Rousseau (1973) exemplifica essa visão na seguinte passagem: A rigidez dos deveres relativos a ambos os sexos não pode ser a mesma. Quando a mulher se queixa a esse respeito da injusta desigualdade que o homem institui, ela está errada; tal desigualdade não é uma instituição humana, ou pelo menos não é obra do preconceito, mas da razão (ROUSSEAU, 1973, p. 492-493). Então, é possível concluir que no decurso da História, a mulher e o feminino foram sempre considerados inferiores aos homens e ao masculino, sofrendo consequências em todos os âmbitos da vida. Todavia, no decorrer da história ocidental sempre existiram mulheres que não concordavam com suas condições e, com isso, rebelavam-se. Quando olhamos para a Inquisição da Igreja Católica, pode-se perceber como esta foi desumana com qualquer mulher que desafiasse as crenças empregadas por seus dogmas (PINTO, 2010, p. 15). Avançando então para os anos finais do século XIX, deparamo-nos com o desenvolvimento do movimento feminista de primeira onda, contexto em que as mulheres buscavam, dentro do enredo político, por seus direitos como cidadãs, principalmente os direitos ao voto e o de poderem ser votadas, o que atribuiria a elas a oportunidade de expor suas opiniões e estarem incluídas em assuntos políticos, o que até então era um setor destinado exclusivamente a homens (MITTANCK et al. 2021, p. 67). De acordo com

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO

Bairro: JARDIM PAULISTA

CEP: 14.090-180

UF: SP

Município: RIBEIRÃO PRETO

Telefone: (16)3603-6600

Fax: (16)3618-6102

E-mail: cepbm@baraodemaua.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ



Continuação do Parecer: 6.105.073

Mônica Karawejczyk (2013), tais manifestações coletivas pelo direito ao sufrágio feminino foram as que mais geraram polêmicas naquela época e cenário em questão. Direcionando nosso olhar para o Brasil, vemos que a primeira onda do feminismo, bem como na Europa, também surgiu aos olhos do público a partir da luta pelo voto. Nesse contexto, Bertha Lutz, que era bióloga e cientista de importância, a qual estudou fora do país e retornou para as terras brasileiras em 1910, iniciou a luta pelo voto feminino (PINTO, 2010, p. 16). Apesar de a luta feminista ter sido iniciada por mulheres que reivindicavam seus direitos, o auxílio de muitos homens influentes foi essencial para que o movimento pudesse se tornar mais visível dentro da sociedade, de uma forma mais rápida. No contexto de estudos acerca desse tema, acontece o surgimento do termo "homens pró-feministas", que foi usado por autores que tinham o entendimento de que, por não sofrerem a opressão por não ser mulheres, os homens não poderiam ser chamados de "feministas", mas isso não os impediam de serem apoiadores do movimento (AZEVEDO et al. 2018, p. 21). Atualmente, muitas ideias e discursos errôneos sobre o movimento feminista circulam pela sociedade, o que faz com que as pessoas que os escutam propaguem a ideia errada. Por isso, instigamos uma reflexão a partir da definição de "feminista", presente no livro "Sejam Todos Feministas" de Chimamanda Ngozi Adichie (2014): "Feminista: uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos". Com a finalidade de trazer à luz os possíveis impactos psicológicos advindos de uma relação afetiva permeada por abusos de qualquer natureza, o presente projeto visa, por meio de pesquisa qualitativa, elucidar a problemática vivenciada por mulheres vítimas de violência, sendo o maior enfoque a de natureza psicológica. A pesquisa justifica-se para abrir o diálogo e oportunizar reflexões acerca da temática, nos âmbitos sociais e acadêmicos, viabilizando a identificação de tais relações uma vez que, na época presente, a ótica patriarcal ainda assola a sociedade com suas concepções acerca da identidade e deveres da figura feminina, além de possibilitar que intervenções sejam elaboradas.

METODOLOGIA PROPOSTA

O presente trabalho discutirá um estudo exploratório inserido no modelo de pesquisa qualitativa, levará em consideração a forma de obtenção de dados (entrevista) e o método de análise de conteúdo que, como referido por Bardin (1977) "[...] é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem." De acordo com Franco (2005), a análise de conteúdo caracteriza-se como um processo de pesquisa que se encontra num esquema mais abrangente da

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO

Bairro: JARDIM PAULISTA

CEP: 14.090-180

UF: SP

Município: RIBEIRÃO PRETO

Telefone: (16)3603-6600

Fax: (16)3618-6102

E-mail: cepbm@baraodemaua.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ



Continuação do Parecer: 6.105.073

teoria da comunicação e tem como ponto inicial a mensagem. De acordo com Minayo (2011) o verbo principal da análise qualitativa é compreender, que significa exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro. Desse modo, a subjetividade e vivência de cada participante será analisada dentro do seu contexto e dinamismo no mundo atual, em conjunto com seus valores, crenças, necessidades e perspectivas. Participantes: O estudo será realizado com quatro mulheres, maiores de 18 anos, das cidades de Ribeirão Preto e Sertãozinho, ambas localizadas no interior do estado de São Paulo, que consideram ter vivenciado relacionamentos abusivos. Além das especificações mencionadas acima, será definido como critério de

inclusão a acessibilidade. Portanto, serão incluídas mulheres que consentirem sua participação na pesquisa, formalizada por meio de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como instrumento de coleta de dados será utilizada a entrevista semiestruturada, para ser mantida a particularidade de cada mulher em suas respostas e para que não fiquem presas a respostas roteirizadas. Aspectos éticos e procedimento de coleta de dados: O projeto de pesquisa será encaminhado para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Barão de Mauá de Ribeirão Preto. Após aprovação, as pesquisadoras farão contato com as participantes, seguindo os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos e utilizando-se do método Bola de Neve. Este método é aplicado quando existe maior dificuldade de acesso à população a qual se deseja entrevistar. Neste caso, entendemos que mulheres que passaram por relacionamentos abusivos se escondem, o que torna difícil encontrá-las. A primeira participante será vinculada a uma das pesquisadoras e as demais indicadas consecutivamente, formando cadeias de referência, como manda o método utilizado. As entrevistas serão realizadas presencialmente, no local de residência da participante ou de uma das pesquisadoras, com a duração de aproximadamente 1 hora e 30 minutos. Neste momento, serão entregues as vias do TCLE, para assinatura da participante. Procedimento de análise de dados: As entrevistas serão, caso consentido, audiogravadas e transcritas na íntegra para compor o corpus da pesquisa.

Após a leitura e a releitura do material coletado, será feita a análise de conteúdo temática para extrair informações que permitirão a discussão e compreensão acerca dos impactos psicológicos causados por relacionamentos afetivos abusivos na vivência de mulheres. Segundo Bardin (1977) a análise de conteúdo é organizada em três polos cronológicos: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Ao entrar em contato com os dados levantados e analisados, espera-se compreender os impactos psicológicos vivenciados por mulheres vítimas de relacionamentos afetivos abusivos e gerar discussões nos âmbitos social e acadêmico sobre a temática.

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO

Bairro: JARDIM PAULISTA

CEP: 14.090-180

UF: SP

Município: RIBEIRÃO PRETO

Telefone: (16)3603-6600

Fax: (16)3618-6102

E-mail: cepbm@baraodemaua.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ



Continuação do Parecer: 6.105.073

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Será definido como critério de inclusão a acessibilidade. Portanto, serão incluídas mulheres que consentirem sua participação na pesquisa, formalizada por meio de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

Procedimento de análise de dados As entrevistas serão, caso consentido, audiogravadas e transcritas na íntegra para compor o corpus da pesquisa. Após a leitura e a releitura do material coletado, será feita a análise de conteúdo temática para extrair informações que permitirão a discussão e compreensão acerca dos impactos psicológicos causados por relacionamentos afetivos abusivos na vivência de mulheres. Segundo Bardin (1977) a análise de conteúdo é organizada em três polos cronológicos: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Ao entrar em contato com os dados levantados e analisados, espera-se compreender os impactos psicológicos vivenciados por mulheres vítimas de relacionamentos afetivos abusivos e gerar discussões nos âmbitos social e acadêmico sobre a temática.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO

Investigar impactos existenciais advindos de uma relação afetiva permeada por abusos de qualquer natureza.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

Identificar os prejuízos de uma relação afetiva abusiva; Analisar os impactos psicológicos ocasionados pela vivência de relações afetivas abusivas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

No que se referem aos riscos envolvidos na participação da pesquisa, estes são mínimos e envolvem possíveis desconfortos emocionais e psicológicos, considerando que os conteúdos que serão abordados poderão levar a reflexões sobre a história de vida da participante, despertando novas percepções e sentimentos. Caso algum desconforto aconteça, a participante poderá sinalizar às pesquisadoras, as quais tomarão as providências de acolhimento.

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO

Bairro: JARDIM PAULISTA

CEP: 14.090-180

UF: SP

Município: RIBEIRÃO PRETO

Telefone: (16)3603-6600

Fax: (16)3618-6102

E-mail: cepbm@baraodemaua.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ



Continuação do Parecer: 6.105.073

BENEFÍCIOS

Quanto aos benefícios do estudo, envolve-se a oportunidade de elaborar aspectos emocionais advindos da relação afetiva abusiva e quais os sentimentos envolvidos neles, durante a execução da entrevista. Expandindo o olhar para os benefícios dentro de um âmbito geral, entende-se que a realização desta pesquisa abrirá espaço para discussões acerca deste contexto de violência dentro de relacionamentos afetivos na comunidade, o que poderá ajudar mulheres e proporcionar acolhimento para aquelas que identificam suas vivências dentro de relações como essas e, a partir disso, serão geradas inclusão e redes de apoio para as mesmas, proporcionando suporte para o enfrentamento de conflitos dessa natureza.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- A pesquisa fundamenta-se em literatura existente e aborda um tema relevante aos dias atuais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Todos os termos obrigatórios foram devidamente apresentados.

Recomendações:

- Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação deste projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2139139.pdf	14/05/2023 17:26:58		Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	14/05/2023 17:24:24	Martha Ethel Steytler	Aceito
Brochura Pesquisa	TCC_Projeto.docx	14/05/2023 17:22:18	Martha Ethel Steytler	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	14/05/2023 17:22:00	Martha Ethel Steytler	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_compromisso_pesquisador.pdf	14/05/2023 17:21:37	Martha Ethel Steytler	Aceito

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO

Bairro: JARDIM PAULISTA

CEP: 14.090-180

UF: SP

Município: RIBEIRAO PRETO

Telefone: (16)3603-6600

Fax: (16)3618-6102

E-mail: cepbm@baraodemaua.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
BARÃO DE MAUÁ**



Continuação do Parecer: 6.105.073

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TCC_Projeto.pdf	14/05/2023 17:20:43	Martha Ethel Steytler	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14/05/2023 17:20:09	Martha Ethel Steytler	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	14/05/2023 17:18:59	Martha Ethel Steytler	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIBEIRAO PRETO, 06 de Junho de 2023

**Assinado por:
Cristina Endo
(Coordenador(a))**

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO

Bairro: JARDIM PAULISTA

CEP: 14.090-180

UF: SP

Município: RIBEIRAO PRETO

Telefone: (16)3603-6600

Fax: (16)3618-6102

E-mail: cepbm@baraodemaua.br